

I SIMULADO



POLÍCIA MILITAR AL

SOLDADO PM AL

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

Os últimos concursos públicos estão tendo uma nota de corte elevada, a maioria deles superior a 80% da prova! Sendo assim, você precisará estar bem preparado para conseguir sua aprovação no concurso da Polícia Militar de Alagoas!

Nossa equipe está empenhada, analisando todo edital, esgotando todas as possibilidades de cobrança da CEBRASPE. Saiba, VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO!

Temos um edital publicado, e nesse momento é muito importante estudar todo conteúdo programático.

A simulação da prova do Portal Concursos irá lhe proporcionar uma experiência única: ser avaliado de forma antecipada nos mesmos parâmetros da banca CEBRASPE, e o melhor, com tempo suficiente para corrigir seus erros.

Orientação para execução do simulado.

- 1 - Imprima o simulado
- 2 - Responda atentamente as questões contabilizando seu tempo
- 3 - Acompanhe a correção ao vivo no Canal do Youtube CURSOS DO PORTAL no dia 20 de março a partir das 09:00H
- 4 - Verifique sua porcentagem de aproveitamento

Foi bem no simulado? Estude ainda mais, a aprovação tá muito perto!

Sempre, conte com todos os professores e colaboradores que fazem parte da família Portal Concursos. Afinal, existimos por um único motivo: VOCÊS!

Vamos juntos!

PORTUGUÊS

Um desgraçado estuprou o enteado, de 5 anos, na semana passada, no Rio de Janeiro. A polícia o prendeu. Ele deveria apodrecer na cadeia. Só sair de lá, morto. Mas, no país da quase total negligência com a segurança de crianças e adolescentes, o pedófilo não ficará atrás das grades por muito tempo. Em breve, estará livre novamente para fazer mais vítimas. O Brasil tem, diariamente, um caso mais chocante do que outro de abuso sexual de meninos e meninas. Fazemos muito menos do que deveríamos para combater essa barbárie. As falhas começam na legislação "penal". Estupro de vulnerável tem previsão de oito a quinze anos de prisão. É **acintoso** e revoltante. Não pode ser chamada de punição uma sentença tão leve para tamanha perversidade. Mas fica pior: **ninguém cumpre a totalidade da pena por aqui**, independentemente do crime. Condenados desfrutam de uma série de privilégios, entre os quais a progressão de regime. Só para lembrar os absurdos das nossas leis: em Goiânia, no fim do ano passado, um homem foi preso por estuprar a filha de 11 anos. O infame já havia sido condenado por abuso sexual do enteado, também de 11, em 2013. Estava solto porque foi beneficiado com o regime semiaberto! Se estivesse atrás das grades, não teria martirizado a menina.

A Colômbia mudou sua Constituição para permitir prisão perpétua de estupradores e assassinos de crianças e adolescentes. Antes disso, nosso vizinho já previa até 60 anos de detenção para esses criminosos abomináveis. No Brasil, a Carta Magna proíbe penas "de caráter perpétuo". Além disso, nenhum condenado pode ficar mais de 40 anos na cadeia – se receber sentenças que extrapolem esse patamar, elas têm de ser unificadas para atender ao limite máximo.

Num país que resiste em punir criminosos exemplarmente, nem sonho com a adoção da prisão perpétua, mas os algozes de meninos e meninas deveriam, ao menos, ficar o maior tempo possível fora das ruas. A reincidência dos molestadores de crianças é regra, não exceção. Eles não param. Só a cadeia pode detê-los.

Cida Barbosa, Correio Braziliense, 27/7/2020 (com adaptações).

No que se refere à tipologia, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens a seguir.

1 Infere-se do texto que o Brasil não é exemplo, para o mundo, de combate ao abuso de meninos e meninas, em virtude de falhas na legislação penal.

2 O texto apresenta elementos narrativos e dissertativos, porém predomina a dissertação, o que se comprova quando a autora utiliza o argumento de que a Colômbia alterou a sua Constituição e adotou prisão perpétua de estupradores e assassinos de menores, para corroborar o seu posicionamento.

3 O vocábulo "acintoso" (l. 12) admite a substituição por "inócua", sem prejuízo para a argumentação do texto.

4 Em "...ninguém cumpre a totalidade da pena por aqui, independentemente do crime", o vocábulo "aqui" tem função refere-se ao local em que a autora se encontra.

As mulheres sabem **que** a participação democrática é o principal meio de defesa de seus interesses e de conquista de representação política, tal como a implantação do sistema de quotas para aumentar o número de representantes eleitas.

O número reduzido de **mulheres** que ocupam **cargos públicos** – atualmente, uma média mundial de 19% nas **assembleias nacionais** – constitui um déficit a corrigir. A participação das mulheres em todos os níveis do governo

democrático – local, nacional e regional – diversifica a natureza das **assembleias democráticas** e permite que o processo de tomada de **decisões** responda a necessidades dos cidadãos não **atendidas** no passado.

Internet: <<http://www.unric.org/pt/>> (com adaptações).

Análise as assertivas a seguir de acordo com as informações do texto acima.

5 A inserção de vírgula logo depois do termo "decisões" (l. 10) acarretaria prejuízo sintático, pois separa o sujeito do seu predicado.

6 Se a palavra "atendidas" (l. 12) fosse flexionada no masculino "atendidos", estariam mantidos a correção gramatical e o sentido original do texto.

7 Pelo emprego das estruturas "assembleias nacionais" (l. 6-7) e "assembleias democráticas" (l. 10), é correto inferir que a expressão "cargos públicos" (l. 5-6) se refere, efetivamente, aos cargos políticos no Poder Legislativo, dado o alto índice de participação feminina nos cargos do Poder Executivo.

8 Na linha 9, o trecho entre travessões constitui uma enumeração em progressão ascendente dos "níveis de governo" referidos anteriormente.

9 Na linha 5, o termo "mulheres" constitui o sujeito sintático do verbo "ocupam".

10 No trecho "As mulheres sabem que a participação democrática é o principal meio de defesa de seus interesses e de conquista de representação política, tal como a implantação do sistema de quotas para aumentar o número de representantes eleitas", há, ao todo, três complementos nominais.

11 Na linha 1, o conectivo sequencial "que" é um pronome relativo.

12 No segundo parágrafo, todo os travessões admitem a substituição por parênteses ou vírgulas.

[...] Cumpre acrescentar que, no enfrentamento do desafio de inclusão social, emerge cristalina a necessidade de fortalecer as instituições democráticas. Nessa linha de pensamento em que se procura reverter um processo de descrença, a defensoria pública, erigida na Constituição Federal de 1988 (CF) à condição de instituição essencial à justiça, precisa preencher relevante espaço no compromisso constitucional de redução das desigualdades, com promoção do integral acesso à justiça. Assim definida, cabe-lhe não só a assistência judiciária, pois pouco, ou nada, valem direitos formalmente reconhecidos, sem que se concretizem esses direitos na vida das pessoas e dos grupos sociais. Aquilo de que se precisa, de uma vez por todas, compreende igualmente um conjunto de atividades extrajudiciais e de informação, extremamente imprescindível em um país de analfabetos e semianalfabetos, com o intuito de proporcionar aos necessitados consciência de seus direitos, fazendo-os se verem como partes integrantes desse país, ou seja, como cidadãos.

Internet: <www.conpedi.org> (com adaptações).

A respeito de aspectos sintáticos do texto, analise os itens a seguir

13 A forma verbal "compreende" (l.27) concorda com o respectivo sujeito: "um conjunto de atividades extrajudiciais e de informação" (l.27-28).

14 Na linha 18, o vocábulo "que" retoma "linha de

pensamento" e exerce a função de objeto direto do verbo "reverter".

15 O pronome "lhe" (l.23) faz referência a "defensoria pública" (l.19).

16 O termo "direitos formalmente reconhecidos" (l.25) exerce função de complemento de ambas as formas verbais "valem" (l.24) e "concretizem" (l.25).

17 A partícula "SE" no fragmento "se concretizem" tem a função de indeterminar o sujeito da forma verbal.

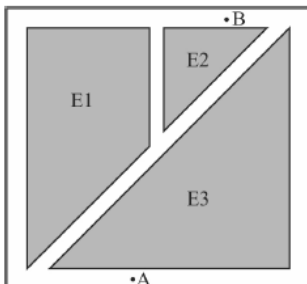
18 Em "...Cumpre acrescentar que, no enfrentamento do desafio de inclusão 16 social" e "Aquilo de que se precisa" a palavra QUE apresenta identidade morfológica.

19 No trecho "... fazendo-os se verem como partes integrantes desse país" o termo grifado exerce a função de objeto direto.

20 A preposição em " Nessa linha de pensamento" introduz uma expressão com valor circunstancial adverbial.

MATEMÁTICA

A figura seguinte mostra a planta baixa de um condomínio. O terreno ocupado pelo condomínio é um quadrado de lados que mede 60 m. Nesse condomínio, as áreas indicadas por E1, E2 e E3 correspondem aos locais onde estão construídos os prédios residenciais, e as regiões em branco correspondem às vias de livre circulação para pedestres e veículos.



A partir da figura e das informações precedentes, julgue o item a seguir, considerando que a área de E2 seja igual a 240 m².

21 Considere que um edifício residencial de 8 andares a partir do térreo ocupe toda a área E2. Nesse caso, se a altura de cada andar desse edifício for de 3 m, então o edifício forma um sólido de volume inferior a 5.000 m³.

Considere a situação hipotética em que, na investigação para encontrar a arma usada em um crime, o suspeito tenha declarado o seguinte para o delegado: "O local onde enterrei a arma é um ponto tal que as distâncias desse ponto à minha casa, à delegacia e ao fórum são iguais."

22 Admitindo que a cidade seja plana e que o fórum, a delegacia e a casa do suspeito sejam os vértices de um triângulo cujos ângulos internos são todos agudos — menores que 90° — e cujos comprimentos dos lados são todos desiguais, a polícia encontrará a referida arma no ponto de encontro das bissetrizes dos ângulos internos do triângulo.

A respeito de números complexos e sua representação no plano complexo, julgue o seguinte item.

23 Se $z = 2 + 3i$, então as imagens das representações geométricas de z e de z^2 estão em um mesmo quadrante do plano complexo.

Uma operação policial será realizada com uma equipe de seis agentes, que têm prenomes distintos, entre eles André, Bruno e Caio. Um agente será o coordenador da operação e outro, o assistente deste; ambos ficarão na base móvel de operações nas proximidades do local de realização da operação. Nessa operação, um agente se infiltrará, disfarçado, entre os suspeitos, em reunião por estes marcada em uma casa noturna, e outros três agentes, também disfarçados, entrarão na casa noturna para prestar apoio ao infiltrado, caso seja necessário.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

24 A quantidade de maneiras distintas de formar a equipe, de modo que André, Bruno e Caio sejam os agentes que ocuparão, respectivamente, as vagas de coordenador, assistente e infiltrado, é superior a 5.

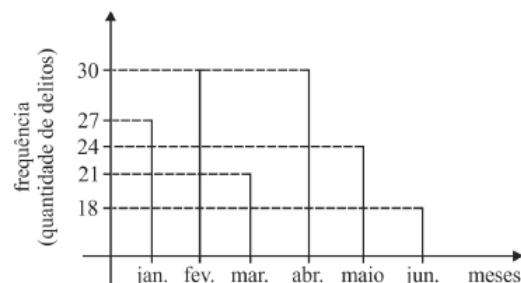
Julgue os itens que se seguem, a respeito de operações com logaritmos.

25 Tomando 0,301 e 0,477 como os valores aproximados de $\log_{10} 2$ e $\log_{10} 3$, respectivamente, é correto inferir que $\log_{10} 72 = 1,578$.

26 Se $\log_5 b = 0,1$, em que b é um número positivo, então $\log_{25} b = 0,01$.

Acerca de análise de dados, julgue o próximo item.

O gráfico a seguir mostra a distribuição de frequência de delitos ocorridos em determinado bairro nos seis primeiros meses de 2018.



27 Nesse caso, a média dos delitos ocorridos no semestre considerado foi superior à média dos delitos ocorridos no primeiro trimestre.

Considere a situação hipotética em que a corporação policial de uma pequena cidade seja formada por um efetivo de 12 soldados.

28 Nesse caso, a quantidade de grupos distintos constituídos por apenas dois desses soldados que o comandante poderá formar para o cumprimento de determinada missão é igual a 66.

HISTÓRIA

29 Monopólio, latifúndio e escravidão foram elementos essenciais do sistema colonial português implantado no Brasil, cujas bases permaneceram de pé mesmo após a Independência

30 Na década de 20 do século XX, o movimento tenentista, por se opor ao nacionalismo e à centralização política

característica do período pós-Primeira Guerra Mundial, foi amplamente apoiado pelas classes médias urbanas.

31 Com a imensa importância do açúcar para o mercado internacional, Alagoas, durante a fase colonial, manteve a produção do produto em regime de plantation, que era padrão no Nordeste brasileiro.

32 A comarca de Alagoas foi criada ainda na fase colonial, facilitando a organização judiciária, apesar do lento desenvolvimento econômico e cultural que apresentava na época.

33 As tribos indígenas no litoral alagoano praticavam o banquete antropofágico, preparado com regras quase litúrgicas, um verdadeiro ritual religioso. Temiam os maus espíritos e as forças da natureza, como o trovão e o relâmpago.

34 Entre as razões para o fim do comércio atlântico de escravos para o Brasil imperial estão a pressão inglesa e as epidemias de febre amarela.

35 Sob a vigência da Constituição Federal de 1946, o Brasil viveu cerca de duas décadas de estabilidade política e econômica suplantadas pela ruptura institucional de 1964 que levou ao poder os defensores das chamadas reformas de base, entre as quais a agrária e a educacional.

36 A eleição direta de Fernando Collor à presidência da República e o seu governo, ainda que marcado pelos graves problemas que o abreviaram, significaram o fim do regime militar, possibilitando a elaboração de uma nova Constituição definidora dos novos rumos democráticos que o país começava a trilhar.

GEOGRAFIA

37 As características comuns entre os países que compõem o BRICs incluem: grande extensão territorial, estabilidade econômica recente, mercado consumidor em alta e investimentos de empresas transnacionais em diversos setores da economia.

38 O Brasil é, entre os países do BRICs, o de maior população, sendo esse um dos fatores que contribuem para a existência de grande oferta de mão de obra barata, assim como para o estabelecimento de indústrias de diversos países no território brasileiro.

39 Entre os países que compõem o BRICs, a Rússia é o que possui maior capacidade industrial e agrícola, competindo diretamente com os países da Europa Ocidental.

40 A expressão "terceiro mundo", surgida após a Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria, é comumente empregada na atualidade para designar países emergentes.

41 A quebra da Bolsa de Nova Iorque e a crise econômica que se seguiu a ela foram acontecimentos determinantes para a derrota dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial.

42 Resulta do processo de êxodo rural e intensa urbanização a criação de diversas pequenas cidades, o que mitigou o domínio cultural e econômico das capitais dos estados sobre os demais municípios brasileiros.

43 O Brasil tem apresentado desconcentração demográfica nas regiões de antiga industrialização, como o litoral das regiões Sudeste e Nordeste do país.

44 No Brasil, a distribuição geográfica da violência é desigual; os índices de violência variam conforme o contexto social e o espaço territorial.

45 No Brasil, diferentemente do que ocorre em outros países, o número de assaltos constitui o principal indicador dos níveis de violência de uma região.

46 Com tendência forte de diminuição, a desigualdade social deixou de ser, na última década, fator associado à elevação dos índices de violência.

47 O Centro-Oeste teve a urbanização acelerada devido à construção de Brasília e a partir dos anos 2000, à expansão da agroindústria.

48 O Sudeste apresentou uma expressiva urbanização devido a fatores como a industrialização e a atração de migrantes de outras regiões brasileiras.

49 A taxa de mortalidade infantil, que é um dos indicadores mais utilizados para mostrar as condições de vida, em especial aquelas relacionadas à saúde, está em declínio.

50 A taxa de urbanização, que mostra o dinamismo demográfico de um país, tem apresentado forte ampliação, fato que deve igualar as taxas entre as diferentes regiões do país.

51 Recentemente observa-se que os espaços rurais começam a incorporar elementos urbanos. Trata-se de um processo que ocorre em áreas não contínuas às das metrópoles, quando se instalam, no espaço rural, elementos e atividades características das cidades, sendo exemplos os condomínios fechados, os loteamentos de casas populares e o desenvolvimento de atividades não agrícolas (hotéis, spas).

ATUALIDADES

52 Após a invasão ao Capitólio por apoiadores de Donald Trump para impedir a nomeação de Joe Biden como presidente, o Congresso estadunidense estudou o afastamento do presidente, mesmo com poucos dias para findar seu mandato, baseado na chamada 25ª emenda constitucional, que permite que o vice-presidente se torne presidente em exercício quando um presidente estiver impossibilitado de continuar suas funções.

53 A Lei Aldir Blanc, que regulamenta a coleta e o tratamento de dados pessoais, entrou em vigor no ano passado (2020).

54 O estado do Amapá sofreu um apagão, quando um incêndio atingiu um dos três transformadores de uma subestação de energia, deixando diversos municípios sem energia, entre eles, a capital, Macapá.

55 Nos EUA, o assassinato de um homem negro, George Floyd, chocou o mundo, e reverberou em dezenas de manifestações contra o racismo ao redor da Terra.

56 A vacina elaborada pelo grupo britânico AstraZeneca em parceria com a Universidade de Oxford é uma vacina contra COVID-19 desenvolvida pela equipe do Instituto Jenner da Universidade de Oxford, no Reino Unido, em parceria com o conglomerado farmacêutico anglo-sueco AstraZeneca.

INFORMÁTICA

57 A rede Intranet, circunscrita aos limites internos de uma instituição, utiliza os mesmos programas e protocolos de comunicação da Internet, mas é restrita a usuários autorizados.

58 Considere que um usuário necessita utilizar diferentes dispositivos computacionais, permanentemente conectados à Internet, que utilizem diferentes clientes de email, como o Outlook Express e Mozilla Thunderbird. Nessa situação, o usuário deverá optar pelo uso do protocolo IMAP (Internet message access protocol), em detrimento do POP3 (post office protocol), pois isso permitirá a ele manter o conjunto de emails no servidor remoto ou, alternativamente, fazer o download das mensagens para o computador em uso.

59 O SMTP é um serviço que permite a vários usuários se conectarem a uma mesma máquina simultaneamente, como no caso de salas de bate-papo.

60 O Microsoft Office OneDrive é uma suíte de ferramentas de produtividade e colaboração fornecida e acessada por meio de computação em nuvem (cloud computing).

61 O phishing é um tipo de golpe por meio do qual um golpista tenta obter dados pessoais e financeiros de um usuário, pela utilização combinada de meios técnicos e engenharia social. O caso típico de phishing é aquele email enviado como se fosse do seu banco, mas na verdade não é, e o atacante quer que você informe seus dados bancários para ele. Uma vez que o phishing é utilizado sob meios lícitos e liberados (e-mail por exemplo) o firewall não conseguiu bloquear um ataque de phishing.

62 No catálogo de endereços das versões mais recentes do Mozilla Thunderbird, não se pode inserir dois usuários com o mesmo email.

63 No Bing, ferramenta de busca da Microsoft, é possível fazer a pesquisa visual utilizando-se uma imagem, em vez de apenas um texto ou caracteres digitados.

64 Entre os delimitadores de pesquisa pelo Google, o comando filetype:pdf delimita a busca apenas de arquivos no formato PDF.

65 Para tentar prevenir uma infecção por vírus ou Malware, algumas ferramentas de antivírus procedem à detecção por Heurística, técnica de detecção de vírus baseada no comportamento anômalo ou malicioso de um software.

66 Computadores infectados por Vírus podem ser controlados remotamente bem como podem atacar outros computadores sem que os usuários percebam.

LEGISLAÇÃO PMAL

67 Todo e qualquer oficial da Reserva Remunerada pode ser convocado para compor Conselho de Justificação e Disciplina, independentemente do posto que ocupar. Desta forma, se determinado Major da Reserva Remunerada for convocado para compor Conselho de Justificação poderá aceitar ou recusar tal convocação. Caso aceite, passará por avaliação física e psicológica e terá 12 meses para encerrar os trabalhos no referido conselho.

68 Cabo Núbia está no aguardo de sua promoção para a graduação de 3º Sgt que será concedida por ato exclusivo do Comandante Geral da Corporação.

69 Quando comete um ato de indisciplina um policial militar de Alagoas poderá cometer um crime, uma contravenção penal ou transgressão disciplinar. Caso cometa um crime militar será investigado inicialmente por um Inquérito Policial Militar de responsabilidade da própria corporação.

70 A Capitã Andressa tem 12 anos de efetivo serviço na corporação e concorrerá à Prefeitura de Piranhas. Por ser

Policial Militar estável será agregada durante a campanha, sem direito à contagem de tempo de serviço e sem receber salário enquanto estiver na condição de candidata.

71 A Cabo Nathália encontra-se em gozo de Licença Especial. Todavia, tal licença será cancelada automaticamente em caso de declaração de Estado de Emergência por parte do Governador do Estado. Excluindo, assim, a necessidade de publicação de ato do Comandante Geral revogando as licenças desta natureza vigentes.

72 Denomina-se parte disciplinar o documento obrigatório que é dirigido à autoridade competente e que contém a narração, por escrito, de fato ou ato de natureza disciplinar praticado por militar de posto ou de graduação inferior à do signatário.

73 Consideram-se crimes militares as violações, por ação ou omissão, dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais militares, estatuídos por norma regulamentar.

74 Um policial militar praticou ato com consequências nas esferas administrativa e criminal. Nessa situação, qualquer apuração administrativa deverá aguardar a conclusão de eventual inquérito policial instaurado.

DIREITOS HUMANOS

Acerca do conceito, da abrangência e da evolução dos direitos humanos, julgue o seguinte item.

75 Embora seja objeto de tratados e convenções internacionais, a proteção aos direitos humanos limita-se ao âmbito de cada nação, em atenção ao princípio da soberania.

Com relação ao conceito, à evolução e à abrangência dos direitos humanos, julgue o item a seguir.

76 O marco inicial da proteção jurídica aos Direitos Humanos é a Lei de Talião, que, embora instituísse a vingança como forma de justiça, estabeleceu o Código de Hammurabi, primeiro registro histórico do que atualmente se considera direitos humanos.

77 Considerando-se o surgimento e a evolução dos direitos fundamentais em gerações, é correto afirmar que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado, pela doutrina, direito de quarta geração

Considerando a teoria geral dos direitos humanos, a sua abrangência e características, assinale a opção correta.

78 A característica da indivisibilidade dos direitos humanos decorre da constatação de que a condição de pessoa é o único requisito para a sua titularidade de direitos e das necessidades humanas universais.

Acerca da proteção constitucional aos Direitos Humanos, julgue o item a seguir

79 Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, a fim de se assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratado internacional, o incidente de deslocamento de competência para a justiça federal poderá ser suscitado ao STF pelo procurador-geral da República ou pelo advogado-geral da União

80 Os tratados internacionais sobre direitos humanos são emendas constitucionais, de maneira que a autoridade pública que a eles desobedecer estará sujeita a responsabilização

Acerca da proteção constitucional aos Direitos Humanos, julgue o item a seguir. Acerca da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), julgue a assertiva

81 Conforme a Convenção a referida convenção, o direito à vida deve ser respeitado desde o momento da fecundação

Acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, julgue a assertiva

82 O preso não será constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório, ainda que o serviço exigido ocorra em casos de perigo ou de calamidade que ameacem a existência e o bem-estar da comunidade

Uma organização não governamental de proteção às mulheres, legalmente reconhecida pelo Brasil, apresentou petição à Corte Interamericana de Direitos Humanos denunciando um hospital da rede pública de determinado estado da Federação. Na petição, foi alegado que o hospital havia realizado esterilização sem o consentimento da vítima, uma mulher portadora do vírus HIV, e que o Estado brasileiro não adotara as medidas necessárias para prevenir a referida esterilização, tendo sido, também, negligente na investigação do caso. Assim, sustenta a organização, na petição, que houve violação aos direitos à integridade pessoal, à liberdade pessoal, às garantias judiciais, à honra e à dignidade, à proteção à família, à igualdade perante a lei e à proteção judicial — todos esses, direitos previstos pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Julgue o próximo item, considerando o caso hipotético apresentado, o sistema de proteção e as disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José e Decreto n.º 678/1992).

83 A apresentação da petição pela citada organização está amparada pelo Pacto de São José, visto que qualquer pessoa ou grupo de pessoas ou entidade não governamental legalmente reconhecida pode apresentar à Corte Interamericana de Direitos Humanos petições para processo e julgamento de violação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos por Estado-parte.

Julgue o item seguinte, a respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do direito internacional dos refugiados.

84 Embora assegure todas as garantias de defesa, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não garante de forma expressa a presunção de inocência até que a culpabilidade de alguém tenha sido provada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.

85 Em razão do princípio federativo, as Constituições dos estados não se submetem às normas da CF.

Com relação aos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

86 O direito de liberdade de associação protege entidades que defendam mudanças legislativas e constitucionais.

87 Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo em casos que envolvam segurança nacional, em benefício do bem da coletividade.

Com relação aos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

88 A segurança pública é um direito fundamental social.

89 É competência privativa dos estados estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

90 Caso uma pessoa seja submetida a uma condenação criminal transitada em julgado, seus direitos políticos serão automaticamente cassados.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o item a respeito dos direitos sociais.

91 Nas negociações coletivas de trabalho, é obrigatória a participação dos sindicatos.

No que se refere ao poder de polícia, julgue o próximo item.

92 O patrulhamento ostensivo das rodovias federais é da competência da PRF e das polícias militares.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais e dos direitos de nacionalidade, julgue o item.

93 Suponha-se que Maria seja uma brasileira nata que migrou para os Estados Unidos da América em busca de trabalho, tendo obtido a nacionalidade americana como condição para sua permanência no território daquele país. Nessa hipótese, Maria perderá a nacionalidade originária brasileira.

94 A vedação absoluta ao direito de greve dos integrantes das carreiras da segurança pública é compatível com o princípio da isonomia, segundo o STF.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca dos poderes administrativos.

95 O corpo de bombeiros de determinada cidade, em busca da garantia de máximo benefício da coletividade, interditou uma escola privada, por falta de condições adequadas para a evacuação em caso de incêndio. Nesse caso, a atuação do corpo de bombeiros decorre imediatamente do poder disciplinar, ainda que o proprietário da escola tenha direito ao prédio e a exercer o seu trabalho.

Acerca de atos administrativos, julgue o item que se segue.

96 A administração pública poderá revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais, ainda que o ato revogatório não tenha sido determinado pelo Poder Judiciário.

No que se refere a atos administrativos, julgue o item a seguir.

97 De acordo com a teoria dos motivos determinantes, a validade de um ato administrativo vincula-se aos motivos indicados como seus fundamentos, de modo que, se inexistentes ou falsos os motivos, o ato torna-se nulo.

No que se refere a atos administrativos, julgue o item a seguir.

98 Em razão do exercício da sua prerrogativa de autotutela, a administração poderá revogar seus atos administrativos válidos, com efeitos ex tunc.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da administração pública, julgue o item seguinte.

99 Para exercer função de confiança na administração pública, o servidor deverá ser ocupante de cargo efetivo.

No que se refere aos órgãos e às autarquias públicas e às noções de administração pública, julgue o item.

100 A descentralização administrativa ocorre quando há divisão interna das atribuições administrativas por meio da criação de órgãos.

Julgue o item subsecutivo, a respeito dos poderes da administração pública.

101 Ao exercer o poder regulamentar, a administração pública pode extrapolar os limites do ato normativo primário, desde que o faça com vistas à finalidade pública.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, ao regime jurídico administrativo e ao processo administrativo federal, julgue o item.

102 Pela teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado, basta que o interessado demonstre e comprove a relação de causalidade entre o fato e o dano para que se configure a responsabilidade estatal.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item subsecutivo.

103 O Estado não é civilmente responsável por danos causados por seus agentes se existente causa excludente de ilicitude penal.

Acerca dos bens públicos, julgue o item a seguir.

104 Sendo uma das características do regime jurídico dos bens públicos a inalienabilidade, é correto afirmar que, segundo o ordenamento jurídico brasileiro vigente, todos os bens públicos são absolutamente inalienáveis.

DIREITO PENAL

No que se refere a aspectos legais relacionados aos procedimentos policiais, julgue o item a seguir.

105 Age em legítima defesa o policial militar que, aplicando técnicas de defesa policial, causa escoriações em um infrator que resiste à prisão.

106 Uma pessoa que tenha condições e o dever de agir em determinada situação, mas não o faz, comete crime omissivo impróprio, passando a responder pelo resultado da omissão.

107 A imprudência, como modalidade de conduta, é caracterizada quando o agente do delito demonstra inaptidão técnica em profissão ou atividade.

A respeito da aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.

108 No ordenamento jurídico brasileiro, é adotada a teoria da ubiquidade quando se fala do tempo do crime, ou seja, o crime é considerado praticado no momento da ação ou da omissão.

Mário, após ingerir bebida alcoólica em uma festa, agrediu um casal de namorados, o que resultou na morte do rapaz, devido à gravidade das lesões. A moça sofreu lesões leves. A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

109 Porque estava embriagado, Mário deve ser considerado inimputável.

Rita, depois de convencer suas colegas Luna e Vera, todas vendedoras em uma joalheria, a desviar peças de alto valor que ficavam sob a posse delas três, planejou detalhadamente o crime e entrou em contato com Ciro, colecionador de joias, para que ele adquirisse a mercadoria. Luna desistiu de participar do fato e não foi trabalhar no dia da execução do crime. Rita e Vera conseguiram se apossar das peças conforme o planejado; entretanto, como não foi possível repassá-las a Ciro no mesmo dia, Vera levou-as para a casa de sua mãe, comunicou a ela o crime que praticara e persuadiu-a a guardar os produtos ali mesmo, na residência materna, até a semana seguinte.

Considerando que o crime apresentado nessa situação hipotética venha a ser descoberto, julgue o item que se segue, com fundamento na legislação pertinente.

110 Luna não responderá criminalmente, porque sua desistência caracteriza arrependimento posterior.

Cristiano, maior e capaz, roubou, mediante emprego de arma de fogo, a bicicleta de um adolescente, tendo-o ameaçado gravemente. Perseguido, Cristiano foi preso, confessou o crime e voluntariamente restituiu a coisa roubada.

111 Nessa situação, a restituição do bem não assegura a Cristiano a redução de um a dois terços da pena, pois o crime foi cometido com grave ameaça à pessoa.

112 A superveniência de causa relativamente independente da conduta do agente excluirá a imputação do resultado nos casos em que, por si só, ela não tiver produzido o resultado.

113 Tratando-se de crimes permanentes, aplica-se a lei penal mais grave se esta tiver vigência antes da cessação da permanência.

PROCESSO PENAL

Acerca dos meios de provas, suas espécies, classificação e valoração, julgue o item a seguir.

114 Para a instauração de inquérito policial, bastam indícios suficientes da existência do crime, sendo dispensável, nesse primeiro momento, prova da materialidade do delito ou de sua autoria.

Jaime foi preso em flagrante por ter furtado uma bicicleta havia dois meses. Conduzido à delegacia, Jaime, em depoimento ao delegado, no auto de prisão em flagrante, confessou que era o autor do furto. Na audiência de custódia, o Ministério Público requereu a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, sob o argumento da gravidade abstrata do delito praticado. No entanto, após ouvir a defesa, o juiz relaxou a prisão em flagrante, com fundamento de que não estava presente o requisito legal da atualidade do flagrante, em razão do lapso temporal de dois meses entre a consumação do crime e a prisão do autor. Dias depois, em nova diligência no inquérito policial instaurado pelo delegado para apurar o caso, Jaime, já em liberdade, retratou-se da confissão, alegando que havia pegado a bicicleta de Abel como forma de pagamento de uma dívida. Ao ser ouvido, Abel confirmou a narrativa de Jaime e afirmou, ainda, que registrou boletim de ocorrência do furto da bicicleta em retaliação à conduta de Jaime, seu credor. Por fim, o juiz competente arquivou o inquérito policial a requerimento de membro do Ministério Público, por atipicidade material da conduta, sob o fundamento de ter havido entendimento mútuo e pacífico entre Jaime e Abel acerca da questão, nos termos do relatório final produzido pelo delegado.

A respeito da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

115 A decisão de arquivamento do inquérito por atipicidade impede que Jaime seja denunciado posteriormente pela mesma conduta, ainda que sobrevenham novos elementos de informação.

Lúcio é investigado pela prática de latrocínio. Durante a investigação, apurou-se a participação de Carlos no crime, tendo sido decretada de ofício a sua prisão temporária.

A partir dessa situação hipotética e do que dispõe a legislação, julgue o item seguinte.

116 Como Lúcio está solto, o inquérito policial não terá prazo para ser concluído

A respeito de ação penal e do disposto na Lei de Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n.º 9.099/1995), julgue o item seguinte.

117 O inquérito policial é dispensável para a promoção da ação penal desde que a denúncia esteja minimamente consubstanciada nos elementos exigidos em lei.

Com relação ao processo penal, julgue o item subsequente.

118 A ação penal privada subsidiária da pública é cabível quando o Ministério Público arquiva o inquérito sem realizar fundamentação adequada.

Com relação ao processo penal, julgue o item subsequente.

119 Ocorrerá perempção se o representante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.

Júnia, de quatorze anos de idade, acusa Pierre, de dezoito anos de idade, de ter praticado crime de natureza sexual consistente em conjunção carnal forçada no dia do último aniversário da jovem. Pierre, contudo, alega que o ato sexual foi consentido.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, tendo como referência aspectos legais e jurisprudenciais a ela relacionados.

120 No caso em questão, se comprovada a prática do crime, a ação penal cabível será pública incondicionada, pois não há previsão de ação pública condicionada à representação em crimes contra a dignidade sexual.